FOUCAULT, LIBERALISMO E SEGURIDADE SOCIAL*

FOUCAULT, LIBERALISM, AND SOCIAL SECURITY

João Leite Ferreira Neto**
Bárbara Moraes Fam***

RESUMO

Analisamos a interpretação foucaultiana sobre o dilema liberal da gestão, entre liberdade e segurança, em sua relação com a seguridade social. Trabalhamos os cursos *Segurança, território, população* de 1978 e *Nascimento da biopolítica* de 1979, além de duas entrevistas de 1977 e 1983, em sua sequência histórica. Conclui-se que a segurança, para Foucault, é uma nova tecnologia de poder não ancorada no controle exaustivo. Já a liberdade do liberalismo é uma produção constante. São os mecanismos de segurança que permitem a emergência do jogo econômico e as políticas de seguridade social as quais, embora pareçam o contrário do liberalismo, estão no seu âmago. O manejo da crise da seguridade social envolveria tanto a busca da garantia do acesso, como o “direito dos governados” de participarem das decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault; liberalismo; seguridade social; governamentalidade; filosofia política.

ABSTRACT

We analyzed Foucault's interpretation of the liberal dilemma of management, between freedom and security, in its relationship with social security. The courses *Security, territory, population* of 1978 and *The birth of biopolitics* in 1979, in addition to two interviews from 1977 and 1983, were worked out in its historical sequence. We concluded that, for Foucault, it is a new technology of power not anchored in exhaustive control. The freedom of liberalism is a constant production. It is the security mechanisms that allow the emergence of the economic game and social security policies which, although they seem to be the opposite of liberalism, are at its core. The management of the social security crisis would involve both the search for guaranteed access and the “right of the governed” to participate in decisions, in a decentralized arrangement.

KEYWORDS: Michel Foucault; liberalism; social security; governmentality; political philosophy.

* Artigo recebido em 09/05/2023 e aprovado para publicação em 10/06/2023.

** Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Pós-doutor em Psicologia Social pela UERJ. Mestrado em Filosofia pela UFMG. Graduado em Psicologia pela UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas. E-mail: jleitefn@gmail.com.

*** Doutoranda e mestra em Psicologia pela PUC Minas. E-mail: barbara.moraisfam@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Michel Foucault é um filósofo com grande expressão no campo das ciências humanas e sociais, o mais citado nessas áreas nos anos recentes, segundo o *Times Higher Education* (KELLY, 2014). O filósofo americano Colin Koopman (2013) descreve Foucault como um pesquisador crítico que unia a pesquisa filosófica ao rigor empírico do cientista social. Essa característica de combinação entre a reflexão teórica e o campo empírico na pesquisa histórica contribuiu para o alto nível de interesse de pesquisadores de diversos campos disciplinares.

Tal disseminação global de seu trabalho, que pode ser tomada como indicador da acessibilidade de seu texto, não garante a ausência de problemas interpretativos na recepção de sua obra. Uma das razões disso, lembra Castro (2019), foi a profusão de publicações póstumas, a começar por 1994, com seus *Dits et écrits*, em quatro volumosos livros com cerca de três mil páginas, trazendo uma série de artigos, intervenções e textos breves que, mesmo não sendo inéditos, estavam dispersos. A partir de 1997 iniciou-se a publicação de seus treze cursos-conferências no *Collège de France*, ministrados entre 1970 e 1984. Desde então, passou-se a publicar tudo, mesmo contra a vontade expressa de Foucault para não haver publicações póstumas de sua obra. Apesar da necessidade de ponderarmos a distinção de peso entre publicações aprovadas em vida por Foucault, presentes nos *Dits et écrits*, e as que não passaram pelo seu crivo, não há por que ignorar todo esse material. Especialmente o mais importante deles, suas aulas no *Collège de France*.

Agrega-se a isso o fato de Foucault haver interrompido a publicação de livros em 1976, só retornando a publicar em 1984, ano de sua morte. Ao virem à luz os dois volumes sobre a *História da sexualidade 2 e 3* muitos leitores ficaram perplexos, pois parecia que o pensador das relações de poder havia dado um passo atrás, abandonando a discussão política e se enveredando em um debate sobre ética na Antiguidade, e a subjetividade individual, realizando uma estetização da política (LEMKE, 2019). Somente com a publicação de seus cursos *Segurança, território, população* de 1978 e *Nascimento da biopolítica* de 1979, conseguiu-se entender melhor sua trajetória. Os dois cursos, de caráter fortemente político, se dedicavam ao estudo da razão de Estado desde o século XVII até o século XX, passando do Estado soberano ao Estado liberal, sendo que o segundo curso dá especial atenção à governamentalidade liberal e aos neoliberalismos, o alemão e o estadunidense. Esses cursos desenvolvem um conceito que se tornará central no restante de sua obra, o de governamentalidade ou governo. O tema do governo definido como modo de conduzir as

condutas de outros em um campo aberto de possibilidades permitiu a Foucault uma maior precisão no conceito de relações de poder, não as reduzindo a práticas de coerção, mas reconhecendo sua composição mista entre coerção e liberdade.

Segundo Lemke (2019), a ênfase na liberdade trouxe duas consequências analíticas. Primeiro, ajudou superar a definição negativa e reativa de resistência com a qual Foucault trabalhava antes. Segundo, permitiu realizar uma distinção, que não havia anteriormente, entre poder e dominação. O poder passou a ser pensado como sendo menos da ordem do “enfrentamento entre dois adversários”, como propunha na primeira metade dos anos 1970, mas da ordem do governo. Este devendo ser entendido em uma acepção ampla, envolvendo tanto as estruturas políticas e gestão do Estado, quanto o modo de “dirigir a conduta de indivíduos e grupos”, abarcando conjuntamente práticas de coerção e práticas de liberdade (FOUCAULT, 2014, p. 133). Entendemos que Foucault não mais se insere na tradição de pensar a política como calcada no conflito, apesar de não se bandear para a perspectiva da política como consenso, pois a condução da conduta dos outros possui elementos de coerção e campos de possibilidade para sujeitos e grupos exercerem, reflexivamente, práticas de liberdade.

Em *Nascimento da biopolítica* Foucault (2008b) explorou o conceito de liberdade na racionalidade política liberal e neoliberal. Lido tradicionalmente como um autor colocado à esquerda política, a reação majoritária ao curso insistiu em entendê-lo como uma crítica ao neoliberalismo, recusando a observar o interesse aberto demonstrado pelo autor pelo liberalismo clássico de Adam Smith e pelo neoliberalismo americano. Sua crítica mais direta era ao neoliberalismo alemão, que avaliava como carente da radicalidade do neoliberalismo estadunidense. Uma interpretação minoritária era de que Foucault teria feito uma virada neoliberal (DEAN; ZAMORA, 2021). A tendência interpretativa mais recente é o entendimento de que Foucault não se tornou neoliberal, mas se afastou da esquerda estatizante, bebendo em outras fontes de estudo, inclusive no liberalismo clássico e nos neoliberalismos recentes (AUDIER, 2015, 2017; BENTO, 2019; CASTRO, 2019).

Essa tendência interpretativa se coaduna com a afirmativa de Foucault de que já fora classificado como anarquista, esquerdista, marxista, antimarxista, tecnocrata e neoliberal. Avaliou que nenhuma dessas caracterizações faz sentido individualmente, mas em seu conjunto tem a ver com ele (FOUCAULT, 2004b). Ou seja, Foucault era um autor de referências plurais, que valorizava acima de tudo o desejo de pensar diferentemente do que

pensava antes, não ficando aprisionado às ideias que tinha anteriormente. Entendemos que essa polêmica já está razoavelmente discutida na literatura e não nos ocuparemos dela.

Retomaremos neste estudo a narrativa de Foucault sobre o liberalismo quando ele, no início do século XX, teve que enfrentar uma grande crise econômica e o fez mediante intervenção estatal na economia, por meio do *New Deal*. Assim Foucault (2008b, p. 93) faz o diagnóstico do que chamou da “crise atual do liberalismo”.

Nosso objetivo é compreender a leitura crítica que Foucault realiza da relação paradoxal entre o liberalismo, com seu projeto de governar o menos possível, garantindo as liberdades, mas que resultou na construção do grande aparato de seguridade social, no esforço para garanti-las. Assim, analisaremos o dilema liberal da gestão entre liberdade e segurança, discutido por Foucault.

Além do curso de 1979, trabalharemos o de 1978 no qual essa discussão foi iniciada, e duas entrevistas nas quais Foucault se debruçou mais longamente no tema da seguridade social. A primeira em 1977, na qual Foucault apresentou as bases do que será seu curso de 1978 (FOUCAULT, 2010) e a segunda em 1983, na qual ele realiza uma discussão sobre os impasses da seguridade social em diálogo com um representante da chamada “segunda esquerda” francesa. Esta era não estatizante, mas descentralizadora e aberta ao livre mercado, e isso atraiu o interesse do filósofo (FOUCAULT, 2004a). Visando acompanhar o desenvolvimento paulatino do seu percurso, trabalharemos os elementos dos textos ligados aos nossos objetivos de modo cronológico.

Antecipamos algumas limitações de nosso estudo. Tendo como núcleo principal seu curso de 1979, vale acentuar que o *corpus* de Foucault era composto fundamentalmente de textos de economistas, clássicos e contemporâneos, de Adam Smith a Hayek e Gary Becker. Ele não discutiu diretamente o liberalismo político. Também não abordou as experiências neoliberais concretas na ditadura chilena, com os Chicago Boys, ou os movimentos em torno de Thatcher e Reagan, em plena ascensão à época, o que era bem divulgado pela imprensa em Paris (AUDIER, 2017). Uma hipótese do porquê dessa escolha pode ser extraída do comentário de François Ewald que, ao consultar na Biblioteca Nacional da França os *Cahiers* de Foucault, encontrou o escrito à época do curso de 1979 no qual ele dizia que lutava contra “os bons sentimentos teóricos, [...] repressão é ruim, a loucura é bela [...]” (EWALD, 2016, p. 1). Isso indica que Foucault buscava na discussão econômica uma alternativa ao debate político construído como discurso moral. De qualquer modo, essa escolha permitiu-lhe certa clareza na temática econômica, mas acarretou outras obscuridades em terrenos por ele não

explorados. Enfim, ele não nos entregou nesse curso uma interpretação completa do liberalismo.

Uma segunda limitação é que esses cursos sobre a governamentalidade não se transformaram em livros, como ocorreu com outros. Portanto, não temos uma revisão atualizada pelo próprio autor, trazendo um formato mais acabado ao tema. Tentamos suprir em parte essa lacuna buscando outras referências feitas pelo autor em seus *Ditos e escritos*.

Finalmente, devemos nos lembrar de que Foucault discute o Estado social de países desenvolvidos europeus, com prevalência de populações de classe média, e com sistemas de seguridade bem financiados. A condição brasileira é bem diversa dessa e, portanto, impossibilita aplicações diretas, sem as devidas mediações.

Na primeira seção analisaremos a emergência dos conceitos de segurança e liberdade na obra de Foucault entre 1977 e 1978. Na segunda, investigaremos o diagnóstico feito por Foucault sobre a existência de um dilema liberal na gestão entre liberdade e segurança, retomando as crises decorrentes do *Welfare* americano de 1932 e dos europeus no pós-guerra.

LIBERDADE E SEGURANÇA

A entrevista dada por Foucault ao cientista político Lefort, em 1977, trata do episódio de extradição de Klaus Croissant. Nela Foucault discorre, pela primeira vez, sobre o dilema liberal da gestão da liberdade e segurança, e faz uma avaliação da seguridade social.

Foucault prestou apoio decidido à não extradição de Klaus Croissant, advogado defensor do grupo terrorista de Baader. Foucault não poupou esforços nessa empreitada, juntamente com outros intelectuais, escrevendo vários textos e manifestos e participando de manifestações de rua (FOUCAULT, 2012). Mesmo assim, Croissant acabou extraditado no final de 1977. Durante esse processo, uma parte dos intelectuais envolvidos redigiu um manifesto mais amplo pedindo a liberdade do grupo terrorista e acusando a Alemanha de haver se tornado um estado policial. Foucault recusou assiná-lo. Anos mais tarde, confidenciaria a Mauriac: “Eu não aceitava o terrorismo e o sangue, não aprovava Baader e seu bando.”

Na entrevista, Foucault avaliou que o pleito do asilo a Croissant não foi aceito pelo governo devido ao fato de a esquerda haver trazido o tema do terrorismo à cena, o que era

inaceitável por parte da opinião pública francesa. Por isso, avaliou ele, a partida que era “ganhável”, foi perdida (FOUCAULT, 2012, p. 170).

Depois de discorrer sobre questões históricas do terrorismo, Foucault abordou o tema que será objeto inicial de seu novo curso, desenhando o contorno do “pacto da segurança”. Se no passado o Estado garantia um território e paz nas fronteiras, hoje o “Estado propõe um pacto de segurança com seus cidadãos” (FOUCAULT, p. 172). Essa garantia de segurança aos cidadãos obriga os Estados liberais a intervirem “em todos os casos em que a trama da vida cotidiana é rompida por um acontecimento singular” (p. 172). Foucault cita diretamente a seguridade social, seguro-desemprego, fundo de solidariedade e boa vigilância policial.

Nessa direção, expõe o paradoxo do Estado liberal-social ao afirmar, de modo ainda muito amplo, que “[a] vocação do Estado é ser totalitário, quer dizer, fazer um controle preciso de tudo.” (p. 173). Entretanto, faz questão de diferenciar essa condição do que consideramos totalitarismo de Estado. Este, em sentido estrito, é um Estado no qual partidos políticos, aparelho de Estado, ideologias aderem a uma unidade sem fissuras, superpondo todos os aparelhos de controle em uma mesma estrutura. Contrariamente ao Estado totalitário, as sociedades de segurança “toleram uma série de comportamentos diferentes, variados, desviantes” (p. 173). Assim, dizer às pessoas que estão em um Estado fascista, sem o perceberem, não causa o efeito pretendido, pois elas sabem que não é verdadeiro, “- elas sabem [...] que não é fascismo, mas alguma coisa nova.” (FOUCAULT, 2010, p. 175).

Três aspectos merecem ser destacados sobre esse parágrafo. Primeiro, a desconfiança inicial de Foucault em relação ao Estado de segurança, posteriormente nomeado por ele de Estado liberal, algo que não será mantido do mesmo modo no curso de 1979. Ele seria habitado por uma vocação de controle detalhado da vida das pessoas mediante mecanismos de segurança. Tratar-se-ia de um poder mais hábil e sutil do que o autoritarismo, pois tolera diferenças, não exigindo uma disciplinarização extensa.

Em segundo lugar, a distinção feita por Foucault entre o controle da segurança e o totalitarismo em sentido estrito. Essa distinção surpreende, pois até o ano anterior, especialmente na última aula de seu curso de 1976, ele afirmava que a emergência do biopoder inseriu nos Estados liberais o racismo, que trava guerra contra seus próprios cidadãos. Isso foi iniciado com a colonização, mas foi realizado plenamente na sociedade nazista, “a mais disciplinar e mais previdenciária” já projetada (FOUCAULT, 1999, p. 309). O mesmo ocorreu com a sociedade socialista. Foucault se pergunta se essa possibilidade estaria inscrita no funcionamento dos Estados capitalistas liberais. Sua resposta é lacônica,

“pois bem, não é certo” (FOUCAULT, 1999, p. 312). Mas a hipótese foi colocada, de que liberalismo e totalitarismo possuíam uma zona de intercessão. No ano seguinte Foucault estabelecerá uma distinção entre democracias liberais e totalitarismos, posição que aprofundará no curso de 1979¹.

Foucault conclui a entrevista afirmando que o desenvolvimento dos Estados não caminha na direção de um enrijecimento, mas em sua flexibilidade, em sua capacidade de avançar e recuar, o que sem dúvida observamos desde muito tempo. A entrevista carrega consigo o esboço de seu próximo curso, que se chamará *Segurança, território, população* (FOUCAULT, 2008a).

Vale lembrar que em 1975 Foucault faz sua primeira viagem à Califórnia, para onde não cessará de retornar. Encanta-se com a cultura hedonista das drogas, inicia-se no LSD. Entusiasma-se com “as pequenas comunidades – zen, vegetarianas, feministas, homossexuais – produtoras de estilos de existência” (DEFERT, 1999, p. 42). A sua ligação com os Estados Unidos se intensificou. Em 1982 pensou em abandonar o Collège de France e viver do seminário permanente em Berkeley e dos direitos autorais. Essa ligação é um componente não negligenciável de seu interesse pelo liberalismo.

Ele acreditava haver uma coisa nova nos Estados liberais, que lhe interessava explorar. Para entender essa novidade Foucault dedicou dois cursos inteiros a essa investigação e, pela primeira vez, abordou um tema do que lhe era contemporâneo, parcialmente no curso de 1978 e plenamente no curso de 1979. Algo inédito em seus cursos e livros, sempre realizado mediante estudos históricos mais antigos.

TECNOLOGIAS DE SEGURANÇA

O curso *Segurança, território, população* (2008a) começou a ser ministrado no Collège de France em 11 de janeiro de 1978 e terminou em 05 de abril de 1978, totalizando treze aulas, que resultaram no livro com o mesmo nome e quantidade de capítulos. As aulas no Collège de France eram abertas, no formato de conferências, nas quais os professores da instituição apresentavam suas pesquisas em andamento.

¹ Devemos essa precisão, sobre a mudança da postura foucaultiana nesse quesito, a uma comunicação do professor Helton Adverse.

Nesse curso, Foucault objetivou conhecer a tecnologia de segurança que emergiu no século XVIII, passando a ditar o que era aceitável ou não para a população por meio de cálculos probabilísticos. Para isso, realizou uma espécie de genealogia das tecnologias de segurança, imbuído da seguinte questão: “poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral de poder está se tornando da ordem da segurança?” (FOUCAULT, 2008a, p. 15).

Ao buscar abordar as tecnologias de segurança, Foucault (2008a) analisou as duas tecnologias anteriores: as jurídico-legais e as disciplinares. A primeira, de origem medieval, é relativa ao sistema penal, exercida sobre determinado território pela lógica da proibição, trabalha no campo do imaginário e opera uma normatividade que se relaciona à norma, mas sem normalizar. A segunda, moderna, tem início no século XVIII e se relaciona aos mecanismos de vigilância, tendo como alvo a disciplina dos indivíduos. Ela atua em um espaço vazio e específico, é centrípeta, restringe, circunscreve, isola e concentra, não deixando escapar nada, em especial os detalhes. Trabalha no complementar da realidade e estabelece a normação, uma vez que demarca o que é normal ou anormal.

A terceira tecnologia, pela qual Foucault (2008a, p. 9) demonstra forte interesse, é a contemporânea e “está se organizando atualmente”. Os dispositivos de segurança têm por objeto a população, não operam apenas a partir das disciplinas, mas possuem uma lógica distinta. As reações dos indivíduos são inseridas em um cálculo de custo, em vez de uma divisão binária entre o permitido e o proibido, fixando uma média considerada ótima para se estabelecer os limites. Assim, a regulação da realidade acontece por meio de alguma materialidade. Diferentemente das primeiras, a tecnologia da segurança é centrífuga, amplia, apoia-se nos detalhes e opera a normalização, pois do normal se deduz a norma e não o inverso.

Para se compreender a relação entre liberdade e segurança, foco deste estudo, é importante ter em vista que as tecnologias de segurança visam ao equilíbrio global, fazendo-o a partir de certa “homeostase” entre a “segurança da população” e seus “perigos internos” (2008a, p. 515). Portanto, precisam de um certo grau de liberdade para funcionar. Liberdade entendida como “faculdade de circulação” (2008a, p. 64), sendo ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo. Nas palavras de Foucault:

um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem [...] justamente se lhe for dada certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno [que essa palavra] adquire no século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a

possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas. Ou seja, um dispositivo de segurança só funciona se estiver ligado à liberdade, no sentido de movimento de pessoas ou coisas. (FOUCAULT, 2008a, p. 63).

Além disso, Foucault (2008a) explica que a liberdade só pode ser devidamente analisada tendo em vista as transformações das tecnologias de poder. Sobretudo a transformação que ocorreu a partir do século XVIII, quando se desenvolveu uma nova arte de governar, o liberalismo. Por esses motivos, alerta-nos ter se equivocado quando disse que não se podia compreender a implantação dos liberalismos sem se considerar que eles reivindicaram a liberdade, mas a lastrearam com técnicas disciplinares. Ele afirma: “creio que me equivoquei”. E conclui anunciando a novidade, de que a liberdade “nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 63).

Os dispositivos de segurança representam um marco nas relações de poder, uma vez que ao contrário dos da lei ou da disciplina, não repercutem de maneira exaustiva, impositiva. Não se visa mais governar efetivamente a totalidade dos súditos, não somente vigiar os indivíduos pelo “panóptico”. Trata-se, agora, de deixar as pessoas e as coisas agirem, passarem e andarem, o que “quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade mesma” (FOUCAULT, 2008a, p. 61). Ou seja, trata-se de governar de forma necessária e suficiente. A liberdade aparece como um “elemento indispensável à própria governamentalidade” (p. 475). E o Estado, defende Foucault, só pode ser compreendido a partir das técnicas de governamentalidade.

Observa-se, nesse momento, uma mudança na trajetória de pesquisa de Foucault, o que ocorreu precisamente na aula 4 (1º de fevereiro de 1978). Seu foco deixa de ser a manutenção e proteção do Território como alvo principal de governo e passa a ser a genealogia do Estado moderno: “temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental –, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (2008a, p. 143). Foucault, inclusive, aponta que o título mais apropriado para o curso em questão não seria *Segurança, território, população*, mas “História da governamentalidade”.

Pode-se entender que a arte de governar é, “precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia” (2008a, p. 127). O modelo de governo passou da pastoral cristã para o diplomático-militar e, nos séculos XVII e XVIII, para o modelo de

polícia. Assim como os modelos de governo, a palavra “governar” também sofreu uma mudança processual de sentidos, antes de adquirir um significado político no século XVI. Porém, em todos os sentidos atribuídos, estava implícita a ideia de que não se governa “um estado”, “um território” ou “uma estrutura política”. O que se governa são sempre “as pessoas”, “os indivíduos”, “a coletividade” (2008a, p. 164).

Foucault (2008a, p. 143) atribui três sentidos ao conceito de governamentalidade. O primeiro, refere-se ao “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder [...]”. O segundo, “a tendência, a linha de força” que conduziu à preeminência desse tipo de poder (p. 144). E, por último, “o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’”. (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144).

Ou seja, a governamentalidade, nesse momento das análises de Foucault, pode ser pensada como o conjunto de práticas, de forças, e o resultado das transformações que levaram ao regime de poder instaurado a partir do século XVIII. Assim, “a governamentalidade [é], para o Estado, o que as técnicas de segregação [são] para a psiquiatria, as técnicas da disciplina [são] para o sistema penal e a biopolítica [é] para as instituições médicas” (2008a, p. 532).

O liberalismo torna-se então sua questão central, já que representa a racionalidade dos dispositivos de regulação biopolítica, passando a ser o objeto de seu próximo curso, *Nascimento da biopolítica*, que ocorreu em 1979.

LIBERALISMO E SEGURIDADE SOCIAL

Os cursos de 1978 e 1979 são considerados como sendo estudos sobre a “História da governamentalidade”, havendo uma clara continuidade entre ambos. A partir de 1980 Foucault deixou de lado esse neologismo, utilizando preferencialmente a expressão governo. O curso *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008b) teve por tema o liberalismo histórico e os neoliberalismos modernos, o alemão e o estadunidense. O curso é composto das doze aulas, portanto doze capítulos.

Uma precisão metodológica inicial. Foucault desenvolveu sua obra a partir de um nominalismo metodológico, assumindo a proposta: “suponhamos que os universais não

existem” (2008b, p. 5). Por isso, ele não fala em neoliberalismo como um universal, mas em neoliberalismos, que apesar de terem pontos em comum, possuem muitas diferenças. Difere assim da tendência contemporânea de referir-se a um neoliberalismo geral, presente com as mesmas características em todos os países.

Nos três primeiros capítulos, ele descreve a passagem da razão de Estado, que emergiu no século XVI, calcado no exército e no direito, e sua substituição pelo Estado liberal, calcado na economia política como princípio de limitação interna da razão de Estado. Uma nova arte de governo buscava “governar o menos possível”. É o mercado que vai funcionar como um regime de verdade em relação à prática governamental e seus efeitos a partir da economia política. Não é mais uma questão de legitimidade jurídica, mas dos resultados econômicos de um mercado como lugar de veredicação, do que vai ser considerado um bom governo. “O mercado deve dizer a verdade em relação à prática governamental.” (FOUCAULT, 2008b, p. 45).

Contudo, Foucault não deixou de apontar o que ele chamou de “certo número de paradoxos” desse governo que se pretendeu frugal. Desde o século XVIII “vemos desenvolver-se toda uma prática governamental, ao mesmo tempo extensiva e intensiva do governo que se pretende frugal” (FOUCAULT, 2008b, p. 40). Ele se vê permanentemente assediado “de dentro e de fora pela questão do demais e do pouco demais”. Em suma, um governo acossado pelo paradoxo, gerado pelo próprio liberalismo, a coabitação entre liberdade e segurança.

O apontamento de Foucault é que a liberdade não é um dado, mas precisa ser fabricada a todo instante, e esse é o encargo do liberalismo. Porém, isso traz à tona o problema do custo da produção da liberdade e seu princípio de cálculo. “O princípio de cálculo, evidentemente, o que se chama de segurança.” Assim, liberdade e segurança torna-se um par fundamental na experiência liberal.

Do lado da liberdade, Foucault enfatiza que no liberalismo ela não é um dado pronto, mas algo que se produz a cada instante, “com os problemas de custo que essa fabricação levanta” (FOUCAULT, 2008b, p. 88). Segundo Foucault, os mecanismos de segurança são “o inverso e a própria condição do liberalismo. [...] A liberdade e a segurança, é isso que está no âmago dessa nova razão governamental” (p. 88-89). Seu princípio de cálculo de segurança: proteger os interesses coletivos dos interesses individuais e vice-versa, e proteger dos perigos as empresas e os trabalhadores dos acidentes da vida, da doença, da velhice. Os mecanismos

de segurança garantiriam que “o jogo econômico seja possível” (RAFFNSOE; ELLIASSEN, 2020, p. 49). Temos aqui a emergência das políticas de seguridade social. É no jogo entre liberdade e segurança que reside o núcleo dessa nova razão governamental e o lugar onde surgirão seus problemas. Por isso o liberalismo precisará gerir os perigos dos mecanismos de segurança e liberdade.

Segundo Foucault, no século XX, na crise de 1930 nos Estados Unidos, perceberam-se as consequências políticas da crise econômica, e Roosevelt implantou a política do *New Deal* em 1932, inspirado nas contribuições do economista britânico John Keynes, a fim de produzir na situação perigosa de desemprego, mais liberdades de trabalho, de consumo e assim garantir as liberdades políticas. Mas isso teve um preço, de intervenções econômicas diretas no mercado, o que contrariava o princípio do governo liberal frugal. Estabeleceu-se assim o paradoxo concreto. “[...] as liberdades democráticas só foram garantidas por um intervencionismo econômico que é denunciado como uma ameaça às liberdades.” (FOUCAULT, 2008b, p. 92). Tal situação, que se repetirá na Europa no pós-guerra², gerará o que Foucault chama de crises da governamentalidade. Na narrativa de seu curso, Foucault não discorda da necessidade da intervenção econômica de modo artificial no mercado, mas aponta as consequências dessa ação e como isso desencadeou o surgimento dos neoliberalismos recentes, ambos decididamente antikeynesianos. Essa crise da governamentalidade liberal tem seu auge na década de 1970, período que se insere o curso de Foucault. Contra Keynes e a política econômica intervencionista, os neoliberalismos vão se bater.

Keynes era um economista liberal e pertenceu ao Partido Liberal britânico. Entendia que a estabilidade dos preços e a garantia de empregos eram essenciais para a estabilidade social e, na falta delas, o Estado devia intervir na economia. Considerava que o mercado tinha falhas, e nesses momentos pontuais o Estado deve atuar, pontualmente, jamais de modo permanente, como fazem as sociais-democracias (RUBIROLA, 2017). Contudo, os neoliberalismos combaterão esse projeto. Utilizando a demarcação feita por Foucault, a seguridade social é (ou parece?) o inverso do liberalismo, mas, ao mesmo tempo, está no seu âmago. Keynes entendeu isso, os neoliberais não. Desse desentendimento emergiram os liberalismos estudados por Foucault, ou, em suas palavras, as crises da governamentalidade liberal.

² Quantificando essa tendência, no século XIX a carga tributária média girava em torno de 5% do PIB. No final do século XX, nos países desenvolvidos, ela chega aos 40% nos países desenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Foucault desenvolveu um estudo interessado no liberalismo e nos neoliberalismos, mas não na mesma medida. Se, por um lado fez duas críticas ao neoliberalismo alemão, não encontramos o mesmo em relação ao neoliberalismo estadunidense. As críticas ao ordoliberalismo decorrem de sua imprecisão ao analisar a política econômica nazista, ao não dizer, como fizeram os keynesianos, que esse sistema econômico era uma monstruosidade, pois combinava elementos econômicos contraditórios, “produto de um estado de crise extrema.” (p. 149-150). Em segundo lugar, o acusa de não possuir a “radicalidade bem mais rigorosa” do neoliberalismo americano, que generalizou a forma econômica do mercado como princípio de análise das relações sociais e comportamentos individuais (FOUCAULT, 2008b, p. 333).

Segundo Foucault (2008b, p. 299), o neoliberalismo americano tem “diferenças maciças do europeu. Em primeiro lugar, em sua origem não era um princípio moderador de uma razão de Estado anterior. O liberalismo foi o princípio fundador e delimitador do Estado nascente. E o mais importante, não se tratava apenas de uma escolha econômico-política dos governantes. “O liberalismo, nos Estados Unidos, era toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados.” (2008b, p. 301).

O que interessava a Foucault na descrição do neoliberalismo americano era seu desinteresse em construir uma sociedade exaustivamente disciplinar, mas uma sociedade “na qual haveria otimização dos sistemas de diferença, [...], em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias” (FOUCAULT, 2008b, p. 354). Behrent (2016) lembra que “diferenças”, “tolerância”, “práticas minoritárias”, são expressões comumente associadas ao ideário político foucaultiano.

Grande parte da literatura posterior sobre o curso de 1979 parte do pressuposto de que Foucault foi um crítico do neoliberalismo e que seu objetivo era estimular o socialismo a construir sua própria governamentalidade³. Mas uma leitura mais atenta da aula, na qual ele elabora essa discussão, não indica isso (FOUCAULT, 2008b, p. 123-126). Foucault entendia que o socialismo nunca teve sua própria governamentalidade e, historicamente, se vinculou a outras governamentalidades. Na governamentalidade liberal desempenhou o papel “de contrapeso, de corretivo, de paliativo a perigos internos” (FOUCAULT, 2008b, p. 124). Quando se estabeleceu nacionalmente, funcionou e ainda funciona com base em uma

³ Uma boa análise dessa discussão pode ser lida em Audier (2015).

governamentalidade anterior ao liberalismo, como “Estado de polícia, isto é, o Estado hiper administrativo” (FOUCAULT, 2008b, p. 124). Citando os exemplos da[s] Alemanha[s], a Ocidental, com um governo socialdemocrata, à época, e a Oriental, socialista, e se pergunta: “onde está o verdadeiro socialismo?” Mesmo considerando este um falso problema, sua pergunta insinua uma predileção pelo socialismo inserido nas regras do jogo democrático e alinhando equilíbrio fiscal com proteção social. Criticou ainda os socialismos que substituíram o “problema da razão governamental interna pela relação de conformidade a um texto” (FOUCAULT, 2008b, p. 126). No seu entender, essa é uma forma de ocultar a falta de uma governamentalidade, e por isso sobrevalorizou seus textos fundadores. O que passa a importar é se o texto está sendo traído ou não. Essa é uma falsa questão. Conclui dizendo que se há uma governamentalidade socialista ela não está “no interior do socialismo ou dos seus textos. [...] É preciso inventá-la.” Mas acrescenta no manuscrito um trecho que não foi lido durante a aula: “O socialismo não é a alternativa para o liberalismo.” (FOUCAULT, 2008b, p. 126).

Portanto, nada indica haver uma aposta do filósofo em um socialismo que encontrará sua efetividade em uma governamentalidade a ser inventada. No curso de 1979, encontramos o filósofo interessado em compreender os liberalismos e seus dilemas, na tensão que carrega entre liberdade e segurança.

A CRISE DA SEGURIDADE SOCIAL

Foucault deu uma entrevista a Robert Bono, em 1983, como parte de uma coletânea sobre seguridade social, escrita por intelectuais ligados à Segunda Esquerda francesa, ala liderada por Michel Rocard, descentralizadora e “aberta ao livre mercado e à iniciativa empresarial” (CASTRO, 2019, p. 262). Publicada em francês com o título “Um sistema finito diante de uma demanda infinita” (FOUCAULT, 2004a), discute a crise da seguridade social, iniciada na década anterior.

Foucault aponta os três aspectos que circunscrevem sua análise: o sistema da seguridade criado em 1946, enfrenta limites econômicos conhecidos; seu modelo conceitual conheceu seu esgotamento; e o sistema tem efeitos perversos: rigidez de certos elementos e produção de dependências. Os dois primeiros modulam o contexto do debate, sem trazer grandes novidades. Mas o terceiro é o eixo central da problematização foucaultiana. É o mais

explorado na entrevista e esboça o que seria um caminho desejável da seguridade social, tendo por pano de fundo a noção de autonomia.

O primeiro aspecto, os limites econômicos colocados ao sistema da seguridade, é um argumento de origem neoliberal. Foucault detalha como, no campo da saúde, esse limite se manifesta. Segundo ele, haveria entre as capacidades técnicas da medicina e as capacidades econômicas de uma coletividade uma linha móvel que tenderia ao desequilíbrio decorrente do permanente aumento da demanda. Afirma enfaticamente: “não vejo e ninguém pode me explicar como, tecnicamente, seria possível satisfazer todas as carências de saúde na linha interminável em que se desenvolvem” (FOUCAULT, 2004a, p. 138). Ou seja, “[há] o problema do acesso interminável aos meios de saúde” para que, ao ver de Foucault, não há uma solução teórica, mas precisa-se de uma negociação permanente (p. 137). Observamos assim que seu curso de 1979 não foi um desvio de percurso, mas trouxe-lhe instrumentos conceituais para construir grades de análise de problemas sociais, nesse caso a relação entre as capacidades técnicas da saúde, as capacidades econômicas das sociedades e o que a sociedade quer dedicar como recursos e meios para a saúde.

No segundo aspecto, Foucault explorou a antiguidade do modelo social no qual se baseou o Estado-Providência. Aponta que foi concebido na primeira metade do século XX, atribuindo seu ideário aos ingleses Beveridge e Keynes. Considera que foi um trabalho de grande importância, mas que não se atualizou com a mudança dos tempos, nada surgindo de novo⁴, o que ficou claro na crise que já durava quase dez anos. Lembra que quando surgiu, a seguridade social buscava enfrentar o que podemos chamar de “carências da saúde”, os afastamentos por invalidez ligados à doença, assim como as “deficiências congênitas ou adquiridas” (FOUCAULT, 2004a, p. 136). Era um cardápio bem mais restrito do que o atual. Com o desenvolvimento das tecnologias médicas e o crescimento da demanda por saúde, ampliou-se muito o que pode o conceito de “carências de saúde”. O entendimento de Foucault é que essa situação de crise não será equacionada apenas no manejo do limite econômico, como preconiza a visada neoliberal, mas será necessária a construção de novos instrumentos intelectuais e novas tecnologias sociais.

⁴ Os estudos mais recentes sobre seguridade social têm um diagnóstico distinto do de Foucault. Não há de fato um novo macromodelo de *Welfare State*, mas um conjunto de mudanças incrementais, que têm modificado diversas experiências de seguridade social, com trocas e influências mútuas entre diversos países (SANDERMANN, 2014).

Finalmente, Foucault analisa o que seriam os efeitos perversos do sistema. O aspecto mais explorado é o efeito de dependência decorrente da oferta de segurança por parte do Estado. Ele afirma que no pós-guerra a questão da segurança era, de fato, vital. Posteriormente, a partir dos anos 1960 o tema da independência emergiu na arena social. Dean (2016) aponta que essa interpretação é parte do diagnóstico neoliberal. O Estado de Bem-Estar Social produziria uma dependência. É fato que os neoliberalismos, desde o final da década de 1970 aos anos 1990, desenvolveram fortes críticas aos *Welfare States*, apoiados em uma racionalidade econômica que denunciava o alto custo social desse modelo (MERRIEN, 2019). Porém, a avaliação de Foucault vai além dessa simplificação neoliberal. Foucault (2004a, p. 128) diferencia dependência por integração, que compõe o diagnóstico neoliberal, da dependência por exclusão, apontando o fracasso das políticas de universalização e enfatizando: “contra ambos é preciso reagir”. Ele aponta também que a seguridade social submete os indivíduos e grupo a determinado estilo de vida, que quando não alcançado produz marginalizações (FOUCAULT, 2004a, p. 131).

Ao reconhecer a impossibilidade do crescimento das despesas no ritmo que vem ocorrendo, Foucault pergunta: quem decidirá ao termo? A autoridade estatal ou os usuários? Ele propõe uma descentralização, “para aproximar os usuários dos centros de decisão dos quais eles dependem e os associar aos processos de decisão” (FOUCAULT, 2004a, p. 132). Foucault valoriza a distância decisória, “uma distância ideal entre uma decisão tomada e o indivíduo a quem ela se aplica” (p. 135). Sua proposta é que o enfretamento desses problemas complexos não deve ser por um regulamento único, mas por uma “nuvem de decisões” (FOUCAULT, 2004a, p. 141), que permitam variações, “sustentadas por algum consenso ético, mediante o qual o usuário se reconheça nas decisões tomadas e nos valores que os inspiraram”. Desse modo, o sujeito na linguagem da seguridade social, entendido como assujeitado, submetido a regras da burocracia, passaria a ocupar a condição de sujeito produtor de normatividade, que coloca em questão sua relação com o Estado.

Se por um lado Foucault acolhe aspectos da perspectiva neoliberal, por outro ele não se restringe a eles, trazendo outros elementos ao debate que são estranhos à lógica neoliberal, como o princípio da garantia ao acesso aos serviços, de origem socialdemocrata. Essa acolhida a alguns elementos do neoliberalismo pode explicar a razão de ter recebido a alcunha de neoliberal, entretanto, não a justifica. Tudo isso indica que Foucault não rezava uma cartilha político-partidária definitiva, mas buscava encontrar instrumentos para pensar a partir de diferentes tradições políticas. O que encontramos, nesse texto e em outros, é a firme defesa

do direito dos governados⁵, de uma subjetivação que opera de modo ativo e se pode se insurgir contra quem o governa em qualquer nível.

Nesse ensejo de buscar aproximar dos usuários do sistema a arbitragem sobre suas escolhas, Foucault entende que precisaríamos reexaminar as racionalidades que nos presidem, pois estas definem posições que definem decisões sobre indivíduos e coletivos. Assim, Foucault insiste no direito dos governados de participarem das decisões, ainda que a arquitetura desse processo necessite ser inventada.

CONCLUSÃO

Entre 1977 e 1979, Foucault se voltou para o estudo da razão de estado, do liberalismo e dos mecanismos de segurança, com destaque para a seguridade social. Desde 1977 ele identificou no Estado liberal a vocação de controle detalhado da vida das pessoas mediante mecanismos de segurança, mas também uma flexibilidade ou tolerância para comportamentos diferentes e desviantes. Ele testemunhava essa realidade em suas constantes viagens à Califórnia a partir de 1975. Entendeu que a segurança era uma nova tecnologia de poder, não ancorada na repressão ou na dominação disciplinar. Seu diagnóstico foi sendo aprofundado nos anos seguintes.

As tecnologias de segurança que emergiram eram uma nova economia de poder não ancorada no controle exaustivo. Mas elas não operam isoladamente, estão correlacionadas com as tecnologias jurídico-políticas e as disciplinares, em uma composição que varia em determinadas sociedades e determinados momentos. Não se trata de uma lógica generalizada com um mesmo padrão. Por isso, em seu exercício teórico-metodológico nominalista, ele não fala em neoliberalismo no singular, mas situa-os histórica e geograficamente, o alemão e o americano, com suas marcadas diferenças. Por um lado, houve a emergência da racionalidade política liberal americana, inventada como modo de ser e pensar, sem ter uma razão governamental anterior a ser combatida, e por outro, o liberalismo europeu, como princípio moderador de uma razão de Estado pré-existente.

⁵ No texto em que defende Croissant, Foucault fala em nome do “direito dos governados”, considerado “mais historicamente determinado que os direitos humanos”, mas cuja teoria ainda carecia de formulação (FOUCAULT, 2012, p. 96). Seus cursos a partir de 1978 esboçam o formato dessa teorização, indo dos conceitos governamentalidade e contracondutas ao de *parrhesia*.

De qualquer modo, o cerne dos liberalismos é a gestão entre a liberdade e a segurança, cabendo a eles gerir os perigos que irão emergir. São os mecanismos de segurança que sustentam o jogo econômico e, dessa forma, operam as políticas de seguridade social. A liberdade do liberalismo não é um lugar a ser alcançado ou preservado, mas uma produção constante. Trata-se da liberdade como prática social, tema que foi explorado por Foucault a partir dos anos 1980 na perspectiva das relações de poder, sempre móveis e reversíveis, de caráter concomitantemente individual e coletivo. Em função disso, ele inverteu o argumento que se o poder está por todo lado, não havendo liberdade, ao afirmar que, “se há relações de poder por todo o campo social, é porque há liberdade por todo o lado” (FOUCAULT, 2004b).

A principal contribuição teórica deste artigo foi demonstrar que, em Foucault, a relação entre liberalismo e segurança não é de oposição, mas de complementariedade. Ainda que na primeira entrevista analisada Foucault associe segurança a uma vocação autoritária do Estado, no curso de 1979 ele demonstra que a segurança configura como condição de possibilidade para a existência do Estado liberal e para sua contínua produção de liberdades. Nesse aspecto ele se diferencia claramente dos neoliberalismos que investigou. Não se trata, necessariamente, de uma adesão ideológica ao liberalismo. Foucault desenvolve uma genealogia de como ocorreram esses processos desde o *New Deal* estadunidense, passando pela construção de *Welfare States* em países europeus. Como efeito colateral desse processo, acompanhamos a emergência dos neoliberalismos analisados.

A construção da noção de governamentalidade foi crucial para Foucault construir suas pesquisas sobre ética e processos de subjetivação. Em seu movimento de analisar temas macrossociais na perspectiva da microfísica do poder, foi levado a analisar temas como Estado, economia política, seguridade social e liberalismo.

Em relação ao socialismo, Foucault não o via como alternativa ao liberalismo, mas convidava os socialistas a observarem que sua maior contribuição foi dentro da racionalidade liberal democrática exercendo “o papel de contrapeso, de corretivo, de paliativo a perigos internos” (FOUCAULT, 2008b, p. 124). Essa foi a experiência socialdemocrata alemã à época de Foucault, bem como a experiência democrata estadunidense, desde Roosevelt, ambas abordadas por Foucault.

Em relação à crise da seguridade social, Foucault sustentava, em parte, o diagnóstico neoliberal da crise, na ideia de recursos finitos diante de demandas infinitas. Entretanto, entendia que o manejo disso envolveria, por um lado, a busca da garantia do acesso e, por

outro, insistia no “direito dos governados” de participarem das decisões, dentro de um contorno regional e local.

REFERÊNCIAS

- AUDIER, Serge. **Penserle neoliberalisme**: le moment neoliberal, Foucault e la crise dusocialismo. Lormont: LeBord de L’Eau, 2015.
- AUDIER, Serge. Cuando Foucault descubre el neoliberalismo. *In*: ZAMORA, Daniel; BEHRENT, Michael. **Foucault y el neoliberalismo**. Buenos Aires: Amorrortu, 2017. p. 108-149.
- BEHRENT, Michael. Neoliberalism without humanism: Michel Foucault and the free-market creed, 1976-1979. *In*: DEAN Michael; ZAMORA, Daniel. **Foucault and neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2016. p. 85-62.
- BENTO, Antônio. Smash the State, Mr. Foucault? Liberalismo e neoliberalismo em Michel Foucault. *In*: BENTO, Antônio; SANTOS, José Manuel. **Neoliberalismo, liberdade e governo**. Lisboa: Documenta, 2019. p. 195-251.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos. Democracia, Estado social e reforma gerencial. **RAE**, São Paulo, v. 1, n. 50, p.112-116, 2010.
- CASTRO, Edgardo. Um Foucault neoliberal? **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 258-276, 2019.
- DEAN, Michel. Foucault, Ewald and Neoliberalism. *In*: ZAMORA, Daniel; BEHERENT, Michael. **Foucault and Neoliberalism**. Cambridge. Polity Press, 2016. p. 85-113.
- DEAN, Michael; ZAMORA, Daniel. **The last man takes LSD**: Foucault and the end of revolution. London, New York: Verso, 2021.
- DEFERT, Daniel. Cronologia. *In*: MOTTA, Manuel (org.). **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Tradução de Vera Lúcia. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 1-64.
- EWALD, François. “**Foucault & Neoliberalism**”. 2016. Disponível em <http://blogs.law.columbia.edu/foucault1313/2016/01/24/ewaldneoliberalism/>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. [Primeira edição em 1979].
- FOUCAULT, Michel. Um sistema finito diante de um questionamento infinito. *In*: MOTTA, Manuel (org.). **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 126-143.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política, problematizações. *In*: MOTTA, Manoel (org.). **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 225-233.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault: a segurança e o Estado. *In*: MOTTA, Manoel (org.). **Repensar a política**. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 170-175.

FOUCAULT, Michel. Vão extraditar Klauss Croissant? *In*: MOTTA, M. (org.). **Segurança, penalidade e prisão**. Tradução Vera Lúcia Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012. p. 95-100.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: MOTTA, Manoel (org.). **Filosofia, diagnóstico do presente e verdade**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2014. p. 118-140.

KELLY, Marc. **Foucault and politics: a critical introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

KOOPMAN, Colin. **Genealogy as critique: Foucault and the problems of Modernity**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

LEMKE, Thomas. **Foucault's analysis of modern governmentality: a critique of political reason**. London: Verso, 2019.

MERRIEN, François-Xavier. Estados de Bem-Estar Social em transformação, evolução dos Estados de Bem-Estar Social. *In*: DELGADO, Maurício; PORTO, Lorena. **Welfare State: os grandes desafios do Estado de Bem-Estar Social**. Tradução de Lorena Vasconcelos. São Paulo: LTr, 2019. p. 194-206.

RAFFNSOE, Sverre; ELLIASSEN, Ove. The appearance of an Interminable natural history and its ends: Foucault's lectures on 'The birth of biopolitics at Collège de France 1979'. **Foucault Lectures**, Paris, v. 1, n. 3, p. 27-52, 2020.

RUBIROLA, Miquel. **Keynesianismo: una inmersión rápida**. Barcelona: Tibidabo, 2017.

SANDERMANN, Philipp. **The end of Welfare as we know it? Continuity and change in Western Welfare State, settings, and practices**. Berlin: Barbara Budrich, 2014.